A CAVERNA ALGORÍTMICA: FLEXIBILIDADE E PRECARIZAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

WAGNER BARBOSA RODRIGUES[1];

[1]*Universidade Federal de Santa Catarina – wr-barbosa@hotmail.com*

Resumo Este estudo propõe analisar as representações discursivas de autonomia e flexibilidade promovidas por plataformas digitais no contexto da economia de bico, entre os anos de 2019 e 2026 através da Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough. A pesquisa investiga como os discursos organizacionais atuam na legitimação de relações laborais marcadas pela insegurança, ausência de proteção social e transferência de riscos aos trabalhadores. A análise contempla plataformas de transporte, entregas, serviços domésticos, cuidados, beleza e trabalho criativo, considerando aspectos linguístico-textuais, práticas discursivas e contextos socioculturais. Espera-se demonstrar que as narrativas de empreendedorismo, liberdade e flexibilidade funcionam como mecanismos ideológicos alinhados à racionalidade neoliberal, contribuindo para naturalizar a precarização do trabalho. Assim, o trabalho pretende contribuir para o debate acerca das transformações contemporâneas do trabalho, das relações de poder mediadas pela linguagem e da necessidade de fortalecimento de políticas públicas e direitos trabalhistas em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Palavras-chave: Plataformas digitais; Economia de bico; Análise crítica do discurso; Precarização do trabalho.

Contextualização

A crescente presença da “economia de bico”, caracterizada por relações laborais temporárias e flexíveis mediadas por plataformas digitais, traz à tona questões cruciais sobre a precarização do trabalho. Esse fenômeno reflete uma transformação estrutural que privilegia a flexibilidade em detrimento da segurança, levando muitos trabalhadores a uma condição de vulnerabilidade. Segundo Melges, Batinga e Benini (2022), essa precarização se manifesta em contratos de curta duração e em ausência de proteção social, características que se intensificaram com a globalização e o enfraquecimento das instituições de amparo ao trabalhador.

Antunes (2018) alega que a expansão do capital para o setor de serviços, especificamente tratada nesse trabalho por meio das plataformas digitais, desembocou no surgimento de um novo proletariado relacionado à esfera digital, provocando maior desmantelamento da classe trabalhadora.

Em 2015, os países-membros das Nações Unidas adotaram dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como uma proposta universal e integrada para reduzir a pauperização, a desigualdade e promover melhores condições de vida (UNDP, 2017). Dentre os ODS, destacam-se como relevantes e relacionados ao presente trabalho, o ODS 8 (promoção de crescimento econômico de modo sustentado, sustentável, inclusivo e de forma a estimular o

trabalho decente e emprego para todos os indivíduos) e o ODS 10 (visa reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles, buscando a inclusão social, econômica e política) (MENEZES, 2019).

Nas novas formas de trabalho que se descortinam no mundo contemporâneo, destaca-se a relação entre os ODS e a inovação social, enquanto os ODS fornecem metas e discute meios para mensurar impactos, a inovação social constitui como uma alternativa para alcance dos ODS e melhoria das condições de trabalho e, consequentemente, de vida.

Em um cenário de ambivalência de narrativas, em que o discurso de autonomia e liberdade é amplamente promovido, é fundamental investigar como essas narrativas frequentemente ocultam a realidade de insegurança enfrentada pelos trabalhadores. A Análise Crítica do Discurso (ACD) oferece um arcabouço teórico robusto para explicitar as relações de poder e dominação presentes nas interações entre trabalhadores e plataformas digitais (FAIRCLOUGH, 2001).

Em virtude das características da ACD e sua conformidade com as necessidades demandadas na investigação organizacional, estudos com foco nas organizações adotam com frequência o enfoque com variados objetivos: relações de trabalho (SALES, 2022; SILVA; COSTA; LEMOS, 2015); relações de poder (ONUMA; ZWICK; BRITO, 2015); precarização do trabalho (CASTRO; FERREIRA, 2022; MELGES; BATINGA; BENINI, 2022); entre outros.

A ACD adota uma perspectiva discursivo-crítica e teórico-metodológica fundamentada na vertente anglo-saxã, que se destaca, junto à escola francesa, em comparação com outras correntes. Ambas abordagens são caracterizadas pela incorporação da concepção de discurso proposta por Foucault (1996), pela crítica ao capitalismo e pelo interesse em revelar como o discurso (re)produz a dominação social, além da adoção de ideais marxistas (BATINGA; SARAIVA; PINTO, 2022).

Em contrapartida, a corrente anglo-saxã se distingue da francesa, conforme permite que os pesquisadores adotem uma posição de parcialidade em relação ao objeto analisado, estabelece ênfase em transformações sociais nas estruturas dominantes de poder e utiliza o discurso como instrumento de luta contra a injustiça social, sendo que todos esses pressupostos vão de encontro a perspectiva funcional que ilustra a linguagem como um fenômeno essencialmente social, adequado para análise de fenômenos sociais (BATINGA; SARAIVA; PINTO, 2022; SALES, 2022).

Portanto, pela perspectiva funcional, uma das principais características da ACD é introduzida: revelar as relações entre linguagem e estruturas sociais que não são explícitas e se manifestam através do discurso, demonstrando como os eventos ocorrem, como são construídas as relações sociais, como são (re)afirmadas hegemonias de discursos sustentados por práticas sociais imperceptíveis, que são incorporadas automaticamente pelos sujeitos até se tornarem senso comum (FAIRCLOUGH, 2001). Para desafiar esse estado, é necessária a produção de novos discursos que incentivem o posicionamento e reflexão dos indivíduos.

No que tange às práticas sociais, Fairclough (2001) determina que cada prática é resultante da combinação entre diversos elementos sociais: discurso, atividade mental, atividade material e relações sociais. Dessa forma, em cônguo com o autor supracitado, a vida se configura como um conjunto interconectado por diferentes práticas sociais. Nesse contexto, as mudanças nessas práticas requerem uma reflexão aprofundada sobre a linguagem, visando desestabilizar os controles e as estruturas sociais estabelecidos.

Ao considerar o discurso como uma prática social transformadora, torna-se evidente que os discursos organizacionais agem na construção e manutenção da realidade e analisá-los

constitui uma forma eficaz de revelar as relações de poder e de luta, assim como as fraquezas e as estruturas de dominação e opressão.

Ao tomar consciência do discurso, é possível perceber que este pode ser utilizado de maneira instrumentalizada, tecnologizada e publicitária, com intuito de provocar necessidades de consumo, entretenimento e sedução, funções amplamente exploradas pelas organizações (GOMES; VIEIRA, 2022).

Assim, a análise do discurso não deve ser reduzida à mera compreensão da análise linguística de um texto, deve ser considerada como a exploração abrangente de contextos locais, sociais, culturais e globais, expressando características que, à primeira vista, podem parecer ocultas (FAIRCLOUGH; WODAK, 1997).

Sales e Dellagnello (2019) sintetizam os significados textuais da seguinte maneira: o significado acional revela as relações de poder presentes no texto, uma vez que demonstra as posições dos sujeitos e está vinculado às ações que estes realizam; o significado representacional serve para exibir aspectos particulares de diferentes discursos, inseridos em diversas perspectivas do texto, evidenciando as relações estabelecidas, como cooperação, competição e dominação, além de estar relacionado à representação de fenômenos do mundo físico; por fim, o significado identificacional é útil para a identificação das identidades no texto, pois se relaciona a julgamentos e busca a autoidentificação e a identificação dos outros.

Além disso, as autoras mencionadas articulam os significados textuais com três características linguísticas dialéticas: o significado acional e o gênero representam maneiras de agir e interagir discursivamente na vida social; a representação e os discursos constituem formas de descrever o mundo; e a identificação e os estilos servem como meios para reconhecer, discursivamente, a si mesmo e aos outros.

Portanto, se o objetivo for analisar as interações entre sujeitos, é fundamental explorar o significado acional, enquanto a compreensão de como as identidades são construídas e negociadas exige a escolha do significado identificacional; por fim, caso o interesse resida na exploração das diversas possibilidades sociais através da análise de diferentes perspectivas de mundo e das relações estabelecidas, é recomendável optar pelo significado representacional (SALES; DELLAGNELO, 2019).

Seguindo com a análise do texto, em concordância com Fairclough (2001), a investigação discursiva e social complementa a análise textual, e assim temos em sua proposta a análise de texto, que inclui aspectos léxico-gramaticais descritivos da linguagem, representados pela análise da gramática, da estrutura textual, da coesão e do vocabulário; a análise da prática discursiva, que abrange a produção, distribuição e consumo do texto; e, enfim, a análise sociocultural, que engloba questões amplas da sociedade, como, a título de exemplo, relações de dominação, exploração e poder, entre outras.

As análises textuais podem ser classificadas em interna e externa (FAIRCLOUGH, 2001). Enquanto as análises internas têm como objetivo avaliar relações semânticas, como as causais, condicionais, temporais e aditivas, além das relações gramaticais, que incluem conjunções, proposições e inserções, e o vocabulário, que abrange metáforas, colocações e padrões de co-ocorrência, as análises externas se dedicam a compreender a intertextualidade, que envolve a incorporação de elementos de outros textos — como, por exemplo, as citações — a interdiscursividade, que se refere à identificação da articulação entre discursos e a forma como eles são combinados, e a representação de eventos sociais, que analisa como esses eventos são retratados, evidenciando percepções sociais e relações de poder (SALES; DELLAGNELO, 2019).

Sales e Dellagnelo (2019) ressaltam a importância de recorrer à gramática funcionalista para entender as estruturas linguísticas e suas formas de ação. É fundamental destacar que o texto serve como evidência empírica para o pesquisador, conferindo rigor e cientificidade às suas alegações. Nesse sentido, a análise textual é essencial para a ACD, uma vez que se caracteriza como uma Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO).

Como percebido, a ACD oferece uma rica abordagem para a compreensão de fenômenos sociais contemporâneos, nesta seara faz presente a economia de bico, caracterizada pela predominância de trabalhos temporários, *freelancers* e tarefas esporádicas realizadas ou negociadas através de plataformas digitais. Neste contexto, as relações de poder, as dinâmicas de exploração e as identidades profissionais são frequentemente moldadas pela linguagem utilizada nas interações entre trabalhadores, empresas e usuários.

Examinar a formulação dos discursos na economia de bico, revelar as narrativas que legitimam essa nova configuração laboral e analisar os discursos veiculados pelas plataformas digitais, assim como as interações sociais que emergem desse contexto, a precarização do trabalho, a percepção pública e as estratégias de resistência dos trabalhadores frente aos discursos neoliberais, é um exercício de grande relevância. Portanto, serão apresentadas questões relacionadas à precarização do trabalho e à economia de bico, com o objetivo de construir um elo entre esses temas.

A esfera digital tem ocasionado o surgimento de novas oportunidades laborais ao passo que também provoca uma deterioração intensa das condições de trabalho existentes através do aumento da insegurança empregatícia, do desemprego ou dos trabalhos contingenciais e da transferência de risco para os empregados, ocasionando na precarização do trabalho (WOODCOCK; GRAHAM (2020).

Melges; Batinga e Benini (2022) esclarecem que o termo “precário”, utilizado para descrever trabalhos inseguros e irregulares, refere-se a contratos de curta duração ou temporários, nos quais os trabalhadores são frequentemente subcontratados, atuando à distância ou em regime de trabalho doméstico e, muitas vezes, são considerados “autônomos” visto que estão desamparados das proteções oferecidas pelas legislações de amparo social.

Ademais, a expressão não é recente, sua utilização remonta aos trabalhadores de fábricas cujas as condições laborais eram inseguras e insalubres, caracterizadas por longas jornadas de trabalho que dentro do modo de produção capitalista eram submetidos a exploração intensa para geração de mais-valor (MELGES; BATINGA; BENINI, 2022).

O autor mencionado define o atual processo de intensa precarização do trabalho como de caráter global, impulsionado pela globalização e sustentado pelo enfraquecimento de instituições de proteção ao trabalhador, como os sindicatos, uma dinâmica que torna o mercado de trabalho mais flexível através da implementação de uma agenda desregulamentação, o que, por sua vez, contribui para o aumento da desigualdade de renda e para a constante fragilização da saúde dos trabalhadores.

O conceito de economia de bico refere-se a mercados de trabalho caracterizados pelo predominante uso de contratos independentes, que se estabelecem através de plataformas digitais, favorecendo o desenvolvimento de formas de trabalho mais flexíveis que aquelas tradicionalmente estabelecidas, ao mesmo tempo em que elimina a estabilidade do trabalhador, em um contexto onde a infraestrutura das plataformas, a digitalização do trabalho e a conexão em massa estão intricadamente interligadas com a sociedade (WOODCOCK; GRAHAM (2020). Vale destacar que, nesse cenário, o trabalho ocorre sob demanda, o que torna o trabalhador completamente e imediatamente vulnerável às flutuações do mercado.

Woodcock e Graham (2020) analisam a questão da posição geográfica em relação ao trabalho nas plataformas digitais, indicando que estas podem exigir ou não que o trabalhador esteja vinculado a um local específico, no primeiro modelo, que requer a presença geográfica, a plataforma exerce um controle maior sobre o empregado, enquanto, o segundo modelo, que não impõe tal restrição, é caracterizado pela natureza efêmera das atividades.

Possivelmente, o caso mais debatido acerca das plataformas digitais seja o do Uber e a "uberização do trabalho", que se fundamenta no gerenciamento da força de trabalho via algoritmos, promovendo a falsa sensação de flexibilidade de horário, pois, para aumentar sua renda, o trabalhador não pode recusar corridas e deve operar em horários frequentemente estressantes, conferindo uma falsa sensação de liberdade e autonomia, redução do contato social e propagando a enganosa noção de que o motorista é seu próprio chefe, entre outras nuances.

É importante destacar o contexto da pandemia de COVID-19, que resultou na intensificação do número de entregas devido à obrigatoriedade de isolamento social, situação que ampliou os riscos enfrentados pelos trabalhadores, dado que as plataformas, tanto de transporte de indivíduos quanto de entregas alimentícias, não forneciam equipamentos de proteção individual como máscaras e álcool em gel (WOODCOCK; GRAHAM (2020).

Entretanto, a uberização do trabalho não reflete a realidade dos trabalhadores domésticos, criadores de sites e designers que atuam como *freelancers*, e tão pouco de aqueles que prestam serviços como a limpeza de casas, assistência e cuidado pessoal e maquiagem para eventos, entre outras atividades agendadas por meio das plataformas.

Todas essas condições são sustentadas pela reforma trabalhista brasileira, que tem flexibilizado as relações de trabalho, fragilizado as instituições de proteção e individualizado os riscos, com intuito de reduzir a proteção social dos trabalhadores e incentivar a competição entre eles ((MELGES; BATINGA; BENINI, 2022).

A confluência entre a ACD e a precarização do trabalho na economia de bico expõe as dinâmicas de poder e exploração que permeiam as interações sociais contemporâneas. A ACD, ao correlacionar linguagem e estruturas sociais, permite a revelação das narrativas que legitimam a flexibilização das relações laborais e a desproteção dos trabalhadores. Por meio da análise dos discursos gerados pelas plataformas digitais, é possível discernir como a linguagem é manipulada para criar a ilusão de autonomia e liberdade, enquanto, na realidade, os trabalhadores se tornam cada vez mais suscetíveis às incertezas do mercado, particularmente em um contexto amplificado pela pandemia de COVID-19, que exacerbou essa precarização.

Ademais, as condições atuais de trabalho, sustentadas pela reforma trabalhista brasileira e pelo discurso neoliberal, refletem uma transformação estrutural que privilegia o mercado em detrimento da proteção social. Nesse contexto, as abordagens qualitativas, em especial a ACD, proporcionam ferramentas valiosas para elucidar essas relações complexas. Elas não apenas evidenciam os riscos enfrentados pelos trabalhadores, mas também desvelam as intenções subjacentes do discurso, possibilitando a identificação de formas de resistência que podem emergir desse cenário adverso.

Objetivos

Este estudo se propõe a examinar as representações discursivas da autonomia e flexibilidade veiculadas por plataformas digitais entre 2019 e 2026, período que abrange a pandemia de COVID-19, evidenciando como elas podem servir para legitimar a precarização do trabalho e desviar a atenção das condições adversas vivenciadas pelos trabalhadores.

A problematização central reside na contradição entre a promessa de liberdade que as plataformas digitais oferecem e a realidade de exploração que muitas vezes se esconde por trás desse discurso. A análise fundamentada nas teorias de Norman Fairclough, emerge como uma ferramenta útil para revelar como as estruturas sociais de poder se manifestam nas interações entre trabalhadores e plataformas. Ao explorar o significado textual representacional, este trabalho busca identificar as dinâmicas de poder e resistência que permeiam essas interações, contribuindo para uma compreensão mais profunda das condições de trabalho contemporâneas.

A justificativa para a realização deste estudo é teórico-prática. Teoricamente, ele enriquece o debate sobre a precarização do trabalho e as novas formas de organização laboral, contribuindo para a literatura sobre Análise Crítica do Discurso e suas aplicações em contextos contemporâneos. Praticamente, a pesquisa tem relevância para trabalhadores, sindicatos e formuladores de políticas, ao expor as realidades ocultas por trás dos discursos de liberdade nas plataformas digitais, promovendo a reflexão e possíveis formas de resistência.

Os objetivos deste estudo incluem: (1) investigar as narrativas sobre autonomia e flexibilidade promovidas pelas plataformas digitais; (2) analisar como essas narrativas se articulam com a precarização do trabalho; (3) compreender as implicações sociais e históricas dessas dinâmicas no contexto atual; e (4) propor formas de enfrentamento e resistência por parte dos trabalhadores frente às estruturas de exploração evidenciadas nas narrativas.

Metodologia

A metodologia adotada neste estudo fundamenta-se na ACD de Norman Fairclough, na vertente anglo-saxã funcional, com ênfase no significado textual representacional. Essa escolha se justifica pela consonância entre a ACD e os objetivos da pesquisa, que visam investigar as narrativas construídas pelas plataformas digitais sobre autonomia e flexibilidade no contexto da economia de bico, no período de 2019 a 2026.

A ACD é especialmente adequada, pois permite uma compreensão profunda de como a linguagem não apenas reflete, mas também constrói e perpetua relações de poder. Essa abordagem revela como as promessas de liberdade frequentemente ocultam a precarização do trabalho vivenciada pelos trabalhadores. Além disso, Fairclough enfatiza a importância do contexto social e histórico, essencial para analisar as mudanças nas narrativas em diferentes momentos: antes, durante e após a pandemia. Ao focar nos significados textuais representacionais, o estudo buscará desvelar as identidades e dinâmicas de poder que emergem nas interações entre trabalhadores e plataformas, bem como possíveis formas de resistência frente às estruturas de exploração.

O objeto de análise abrange plataformas digitais de freelance, entregas, transporte, cuidados, limpeza, moda, beleza e trabalho criativo e artístico. O período delimitado para a análise contempla os anos de 2019 a 2026, permitindo uma comparação das narrativas das plataformas em três momentos distintos: antes da pandemia, durante a pandemia e após a pandemia.

Detalhamento da análise: o foco será na precarização do trabalho na economia de bico, onde a narrativa de autonomia e flexibilidade das plataformas digitais muitas vezes oculta a realidade de insegurança e falta de direitos trabalhistas enfrentados pelos trabalhadores; o problema será contextualizado dentro de uma análise de conjuntura que abrange as mudanças sociais e econômicas entre 2019 e 2026, destacando como a pandemia exacerbou a vulnerabilidade dos trabalhadores e alterou as dinâmicas de mercado; identificação de obstáculos que dificultam a superação da precarização do trabalho, como a falta de

regulamentação, a desproteção social e as estratégias das plataformas para manter o controle sobre os trabalhadores, minimizando suas responsabilidades; interações entre trabalhadores e plataformas, bem como as condições de trabalho e as relações de poder que sustentam a precarização; análise linguístico-textual para investigar como os discursos das plataformas se constituem e são constituídos, explorando narrativas de autonomia e flexibilidade e como refletem ou desafiam a precarização do trabalho.

Resultados Esperados

Espera-se que a pesquisa evidencie os discursos produzidos e disseminados pelas plataformas digitais, especialmente aqueles relacionados à autonomia, flexibilidade e empreendedorismo no contexto do trabalho na economia de bico. Através da ACD, prevê-se identificar que tais narrativas são construídas de maneira a reforçar relações assimétricas de poder, naturalizando condições laborais marcadas pela instabilidade, pela ausência de garantias trabalhistas e pela transferência de riscos aos trabalhadores.

Ademais, que a investigação revele como as plataformas digitais utilizam estratégias discursivas capazes de produzir uma percepção positiva acerca das novas formas de trabalho, associando-as a ideias de liberdade, independência financeira e autonomia individual, ao mesmo tempo em que silenciam aspectos relacionados à exploração, ao desgaste físico e emocional, à insegurança econômica e à fragilidade da proteção social.

Nesse sentido, a pesquisa pretende demonstrar que o discurso neoliberal presente nas plataformas contribui para a individualização das responsabilidades e para a naturalização da flexibilização das relações de trabalho.

A análise textual e sociocultural deverá evidenciar os efeitos da pandemia de COVID-19 em relação a dependência econômica dos trabalhadores, condições de vulnerabilidade laboral e oportunidade de renda em contextos de elevado risco sanitário.

O estudo possui potencial para ampliar as discussões acerca das relações entre linguagem, poder e trabalho no capitalismo contemporâneo, demonstrando a relevância da ACD como ferramenta para compreensão das transformações nas dinâmicas laborais mediadas por plataformas digitais. Por fim, o estudo também poderá contribuir para o fortalecimento de debates sobre regulamentação do trabalho em plataformas, direitos trabalhistas e proteção social, oferecendo subsídios para trabalhadores, sindicatos e formuladores de políticas públicas.

Conclusões

A economia de bico, mediada por plataformas digitais, representa uma das expressões contemporâneas mais significativas da reconfiguração das relações de trabalho no contexto do capitalismo digital. Embora essas plataformas promovam discursos fundamentados em autonomia, flexibilidade e liberdade individual, a análise crítica dessas narrativas permite compreender que tais representações frequentemente ocultam condições marcadas pela precarização, insegurança laboral e fragilidade da proteção social.

Nesse âmbito, a pesquisa evidencia que a linguagem utilizada pelas plataformas desempenha papel central na legitimação de novas formas de exploração do trabalho, ao naturalizar a transferência de riscos e responsabilidades aos trabalhadores.

A ACD apresenta capacidade de capturar tendências nos discursos organizacionais que refletem a realidade social e também atuam na sua construção e manutenção, reforçando relações assimétricas de poder.

Ademais, o período compreendido entre 2019 e 2026 reflete a consolidação do uso de plataformas como alternativas de geração de renda a partir de um cenário de crise, onde o discurso de romantização da flexibilidade laboral também se fortaleceu e questões relacionadas à ausência de direitos, à instabilidade financeira e aos impactos físicos e emocionais decorrentes dessas formas de trabalho foram silenciados.

Essa proposta também contribui para ampliar o debate acerca da necessidade de regulamentação das plataformas digitais e fortalecimento de políticas públicas e práticas de inovação social voltadas à proteção social e trabalhista, em consonância com os ODS relacionados à redução das desigualdades e à promoção do trabalho decente.

Conclui-se que compreender criticamente as narrativas produzidas pelas plataformas digitais é fundamental para a construção de reflexões e práticas que favoreçam relações de trabalho mais dignas.

Referências

ANTUNES, R**. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2018.

BATINGA, G.L.; SARAIVA, L.A.S. Discursos e organizações: o que, como e porquê. In: SARAIVA, L.A.S.; BATINGA, G.L. (Orgs.). **Discursos e organizações,** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022. p. 20-33.

BATINGA, G.L.; SARAIVA, L.A.S.; PINTO, M.R. A ACD e o modelo tridimensional de Fairclough. In: SARAIVA, L.A.S.; BATINGA, G.L. (Orgs.). **Discursos e organizações**, Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022. p. 89-113

CASTRO, F.G.; FERREIRA, J.B. (Orgs.). **Neoliberalismo, trabalho e precariedade subjetiva,** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. New York: Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. 1. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Analyzing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

GOMES, M.C.A.; VIEIRA, V. Análise de discurso crítica: algumas questões de metodologia para os estudos organizacionais. In: SARAIVA, L. A. S.; BATINGA, G.L. (Orgs.). **Discursos e organizações**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022. p. 34-63.

MELGES, F.; BATINGA, G.L.; BENINI, E.G. Práticas discursivas organizacionais: uma análise da "nova" precarização do trabalho a partir do aparato epistêmico da análise crítica do discurso faircloughniana. In: SARAIVA, Luiz Alex Silva; BATINGA, Georgiana Luna (Orgs.). **Discursos e organizações**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022. p. 267-304.

MENEZES, H.Z. (org.) **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Relações Internacionais.** UFPB: João Pessoa, 2019.

ONUMA, F.M.S.; ZWICK, E.; BRITO, M.J. Ideologia gerencialista, poder e gestão de pessoas na administração pública e privada: uma interpretação sob a ótica da análise crítica do discurso. **Revista de Ciências da Administração**, v. 17, n. 42, p. 106-120, 2015.

SALES, H.K.de; DELLAGNELLO, E.H.L. A análise crítica do discurso como alternativa teórico-metodológica para os estudos organizacionais: um exemplo da análise do significado representacional. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 90, p. 414-434, jul./set. 2019.

SALES, H.K.de. A análise crítica do discurso: uma abordagem para a análise do discurso da quarta revolução industrial sobre o perfil do trabalhador. In: SARAIVA, L.A.S.; BATINGA, G.L. (Orgs.). **Discursos e organizações**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022. p. 242-266.

SILVA, M.A.C.; COSTA, A.S.M.; LEMOS, A.H.C. A discriminação certificada: o discurso da revista Você S.A. sobre a obrigatoriedade da pós-graduação para inserção no mercado de trabalho. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 9, n. 1, p. 16-34, 2015.

VAN DIJK, T.A. The study of discourse. **Discourse as structure and process,** n. 34, p. 703-52, 1997.

UNDP. **Trabalho Decente e Crescimento Sustentável**. 2017. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acessado em 30 mar. 2025.

WOODCOCK, J.; GRAHAM, M. **The gig economy: a critical introduction**. Cambridge: Polity Press, 2020.